

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE A REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL NO JORNAL FOLHA DE S. PAULO

SOCIAL REPRESENTATIONS ON REDUCING THE AGE OF CRIMINAL RESPONSABILITY IN THE NEWSPAPER FOLHA DE S. PAULO

Luiza Monica Assis da Silva*

Amanda Caroline Rodrigues**

RESUMO:

Propomos neste trabalho identificar representações sociais sobre a redução da maioridade penal presentes no discurso do jornal *Folha de S. Paulo*. O recorte temporal para análise foi o período de janeiro a julho de 2015, período correspondente a aprovação à lei de redução da maioridade penal na Câmara Federal. O *corpus* reuniu 161 matérias variadas entre artigos, editoriais, reportagens e opinião dos leitores. Foi realizada uma análise lexical com uso do software *Alceste*, que identificou cinco classes em dois eixos do discurso. O primeiro eixo “Voz da *Folha*” comporta as classes “Processo de aprovação” e “Crise do governo Dilma”. Já o segundo eixo, “Opinião do público”, é formado pelas classes “Medidas de punição”, “Estatísticas da juventude” e “Marginalização da violência”. Pudemos perceber que a redução da maioridade penal está ancorada em discursos antagônicos contra ou a favor, construídos mediante processos semânticos e comunicacionais, em que os grupos sociais expressam sua opinião. O jornal em questão trata a redução da maioridade penal como pauta política e relaciona as disputas na Câmara dos Deputados à crise do governo Dilma. Identificamos, na *Folha de S. Paulo*, um espaço dialógico de diferentes manifestações de gêneros discursivos.

PALAVRAS-CHAVE:

Adolescência, Folha de S. Paulo, representações sociais, comunicação.

* Professora do Programa de Pós-Graduação da Universidade Católica de Brasília (UCB) e doutora em Psicologia Social pela Universidade de Brasília (UnB). luizamonica@uol.com.br

** Mestranda em Comunicação no Programa de Pós-Graduação da Universidade Católica de Brasília (UCB). amanda.rodrigues.ucb@gmail.com

ABSTRACT:

Our proposal in this work is to identify the social representations about the reduction of penal majority present in the discourse of the Brazilian newspaper *Folha de S.Paulo*. The temporal frame for analysis was the period from January to July 2015, a period corresponding to the approval of the reduction of penal majority law in the Federal Chamber. The corpus gathered 161 varied articles among editorials, news, and reader opinions. A lexical analysis was performed using the software *Alceste*, which identified five classes in two cores of the discourse. The first core, “*Folha’s voice*” holds the classes “Approval process” and the “Crisis of Dilma’s government”. On the other hand, the second core, “Public’s opinion”, is formed by the classes “Punishment measures”, “Youth statistics” and “Violence marginalisation”. We notice that the reduction of penal majority is based in opposite discourses, built-in semantic and communicative processes, in which social groups express their opinion. The newspaper handles the reduction of penal majority as a policy agenda, and relate the disputes in the Chamber of Deputies to the crisis of Dilma’s government. We have identified in *Folha de S.Paulo*, a dialogue place, composed by different discursive genres manifestations.

KEYWORDS:

Adolescence, *Folha de S.Paulo*, social representations, communication.

INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo identificar as representações sociais sobre a redução da maioria penal apreendidas no jornal *Folha de S.Paulo*. A escolha deu-se em razão da postura defendida no projeto editorial do veículo, posicionado politicamente diante das pautas sociais, mas flexível em abranger, dentro do jornal, diferentes manifestações de colunistas e leitores.

A polêmica em torno da redução maioria penal a torna um objeto fértil para a geração de diferentes representações nos grupos sociais e no discurso dos meios de comunicação. Exibimos neste trabalho como essas representações são apresentadas e organizadas, sabendo que o campo comunicacional é responsável por ser fonte oficial de informação e construção de sentidos.

A REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL COMO REPRESENTAÇÃO

Celso Pereira de Sá (1998) afirma que os fenômenos de representações sociais se encontram “espalhados por aí”, na cultura, nas instituições, nas práticas sociais, nas comunicações interpessoais e de massa e nos pensamentos individuais. O autor argumenta ainda que, embora não configurem domínios substantivos de pesquisa, é “com as práticas socioculturais e com a comunicação de massa que o estudo das representações sociais mantém as relações mais significativas” (Ibid., p. 43). Ele direciona aos meios de comunicação de massa, a responsabilidade de compreender os processos de formação e circulação das representações nas sociedades contemporâneas. (SÁ, 1998)

Deste modo, a comunicação é um elemento estruturante para análise de representações cotidianas, pois “é através de processos comunicativos que as representações sociais são estruturadas e transformadas.” (MOSCOVICI, 2012, p. 44). Esse processo de memória coletiva ocorre por meio de uma convergência indissociável, procedente de uma relação dialética entre as teorias de comunicação e representações sociais.

Para retratar como a maioridade penal se caracteriza como um objeto de representação, necessariamente precisamos fazer uma breve compreensão na axiologia atribuída pela sociedade à adolescência, e como ela pode ser compreendida nos domínios biológicos, sociais e jurídicos.

Na Biologia podemos conferir à adolescência, de forma sucinta, uma transição da infância para a vida adulta. O desenvolvimento do corpo humano nesse período proporciona diferentes transformações para o indivíduo, como mudanças corporais, hormonais e psicológicas, ancorando também a percepção e acepções sexuais. (GALLATIN, 1978)

Abramovay et al. (2002) entendem a condição de vulnerabilidade presente na infância e adolescência, especialmente aos meninos e meninas de rua, como uma consequência causada pela divergência entre os recursos sociais e econômicos da população, que remete estes indivíduos para o tráfico ou a criminalidade, alinhando diretamente a falta de recursos às condições de vulnerabilidade. (Ibid., p. 14). Como consequência dessa disparidade há um desequilíbrio em todas as instâncias políticas e sociais, quando a sociedade e o Estado têm por obrigação garantir a estes menores de idade oportunidades para seu desenvolvimento físico, mental, moral e social, em condições de dignidade e

liberdade, conforme previsto no artigo 3º do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (BRASIL, 1990).

Antes mesmo da criação do ECA, o Brasil passou por diversos estágios para o reconhecimento legal, em defesa de tratamentos excepcionais dedicados à infância e adolescência. Nesse país, a primeira intervenção do Estado no que se refere ao direito de menores ocorreu com a criação do Código de Menores, popularmente conhecido pelo nome do autor da proposta - Código Mello Matos - consolidado sob o Decreto 17.943-A em 21 de outubro de 1927, sendo também o primeiro da América Latina. Durante o período da Ditadura Civil-Militar (1964-1985), este código foi substituído pelo novo Código de Menores, Lei 6.697/1979 que ainda tinha no “menor infrator” o objetivo principal de atuação, e permaneceu até os anos 1990.

Cronologicamente, o marco principal foi a Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), seguida pela Convenção sobre os Direitos da Infância em 1989 e pela Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, que derruba o antigo Código de Menores e dispõe sobre a proteção integral à criança até 12 anos, e ao adolescente de 12 a 18 anos incompletos.

A partir da teoria de representações sociais, podemos compreender como ainda hoje o estereótipo da adolescência em condições de vulnerabilidade permanece, ao encontramos nos noticiários termos que atribuem juízo de valor como “jovem delinquente” ou “menor infrator”. Isso porque representações historicamente arraigadas não mudam facilmente, cristalizam-se com o tempo (MOSCOVICI, 2003).

Sendo assim, podemos classificar a teoria das representações como o resultado de um processo de ideias preexistentes herdadas pelo legado da memória coletiva, procedente da dialogicidade estabelecida nas sociedades, mas que também, estão susceptíveis a novas transformações, e podem ser influenciadas por novas representações.

Para compreender como essas representações são cristalizadas e reproduzidas no meio social, Moscovici (2012) apresenta dois mecanismos necessários para transformar um processo de pensamento estranho e desconhecido em algo familiar. Esses processos psicossociais recebem o nome de ancoragem e objetivação.

O processo de ancoragem transforma um objeto ou uma imagem desconhecida e a relaciona a nossa categoria de pensamentos e valores, dando a esse objeto ou imagem uma

classificação, e reajustando ao nosso campo de conhecimento conceitual. O processo se baseia na adaptação do desconhecido a formatos de objetos familiares. (MOSCOVICI, 2003, p. 61)

Já o processo de objetivação está fundamentado em transformar o abstrato em real, transferindo o que está na mente em algo concreto. É reproduzir um conceito, uma ideia e transformá-la em imagem ou materialização. (Id., 2003, p. 72)

Segundo Moscovici (2012, p. 57), “a análise do ‘científico’ para o que é reproduzindo pelo ‘senso comum’ ganha notoriedade, o inacessível torna-se acessível: inteligível e concreto”. Deste modo, a informação está diretamente relacionada ao conhecimento que determinado grupo tem sobre aquele assunto ou objeto. Distingue-se, pois, a existência de dois universos de pensamento: um consensual e outro reificado.

O universo reificado é onde as informações são conceituadas teoricamente, onde a sociedade é vista como um sistema de diferentes papéis e classes sociais, em que somente a competência adquirida (intelectual, moral etc.) determina seu grau de participação, um sistema que considera a desigualdade das partes sociais. No universo consensual, a sociedade é vista como um grupo de pessoas iguais e livres, com possibilidade de falar sem que haja uma competência exclusiva sobre o assunto, expressando suas opiniões e revelando seus pontos de vista (MOSCOVICI, 2003).

Nessa premissa, apresentaremos os resultados obtidos durante a análise, e classificaremos, dentre as categorias estabelecidas pela teoria das representações sociais, imagens ancoradas ou objetivadas, bem como a composição dos pensamentos consensuais e reificados presentes nos discursos do jornal.

METODOLOGIA

Esta pesquisa teve como objetivo identificar representações sociais e imagens sobre a redução da maioria penal presentes no discurso de grupos inseridos na *Folha de S.Paulo*. Moscovici (2012) apresenta três típicos sistemas de comunicação para identificar representações e disseminação de sentido: difusão, propagação e propaganda. De uma forma mais generalizada, o veículo analisado está mais próximo da proposta de difusão, por disponibilizar diferentes manifestações e gêneros discursivos em seus

cadernos e colunas, ainda que, quando se trata dos editoriais e matérias, os temas são mais objetivados com viés de propaganda.

Como proposto, buscamos analisar o conteúdo em todos cadernos do jornal impresso (entre 1º de janeiro e 6 de julho de 2015), separar entre variáveis e transferir este material para o software *Alceste* de forma que, através da análise lexical e aproximação das palavras, ele pudesse desenhar um discurso construído sobre o tema em questão. Exibiremos neste trabalho como essas representações são apresentadas e organizadas.

Durante a pesquisa, identificamos no jornal quatro variáveis como demarcação no conteúdo que expõe informações e opinião: painel do leitor, editoriais, matérias e a opinião dos colaboradores da *Folha de S.Paulo*.

Segundo o *Manual de Redação da Folha* resumido, elaborado pela professora Iraíldes Sousa de Miranda (1992), cada uma dessas variáveis possui definições específicas. Os colaboradores podem ser definidos como: Grupo formado por uma equipe de articulistas que mantém vínculo permanente com a *Folha*; também pode ser formado por colaboradores eventuais, em geral, personalidades ou especialistas de grande destaque. Outra concepção que merece maior destaque conceitual surge do pressuposto de que, segundo o manual, existe um *modus operandi* no editorial,

texto que expressa a opinião de um jornal. Na *Folha*, seu estilo deve ser ao mesmo tempo enfático e equilibrado. Deve evitar a ironia exagerada, a interrogação e a exclamação. Deve apresentar com concisão a questão de que vai tratar, desenvolver os argumentos que o jornal defende, refutar as opiniões opostas e concluir condensando a posição adotada pela *Folha*. Nada impede que o jornal mude de opinião sobre determinado assunto. Neste caso, deve dizê-lo com clareza. Não são assinados. Os editoriais não dirigem o noticiário, mas temas que neles aparecem com frequência devem ser explorados pela reportagem. A *Folha* procura publicar artigos assinados que discordem das posições dos seus editoriais. (MIRANDA, 1992, p. 17)

Seguindo com a definição das variáveis, segundo o *Manual*, a categoria dos “leitores” não está definida exatamente ou se existe uma característica do leitor da *Folha*. Já a categoria de “Matérias” é um conceito genérico usado para qualquer texto que se produz no jornal, sendo utilizados nesta concepção para enfatizar os gêneros jornalísticos, notícias factuais e reportagens selecionadas.

As análises dos textos foram produzidas por um software francês criado por Max Reinert (1979) denominado *Alceste* que busca extrair do texto, através de classificação de palavras próximas, o significado do discurso presente, buscando a informação essencial. Ainda segundo seu idealizador, o programa se desenvolveu como forma de um procedimento no qual “a detecção e o exame estatístico das distribuições das formas lexicais presentes no texto contribui para circunscrever os lugares da enunciação onde sujeitos e mundo se elaboram.” (LIMA, 2008 p. 245). Estes lugares primários, quando há uma persistência e repetição de enunciação, Reinert batiza de “fundos tópicos”.

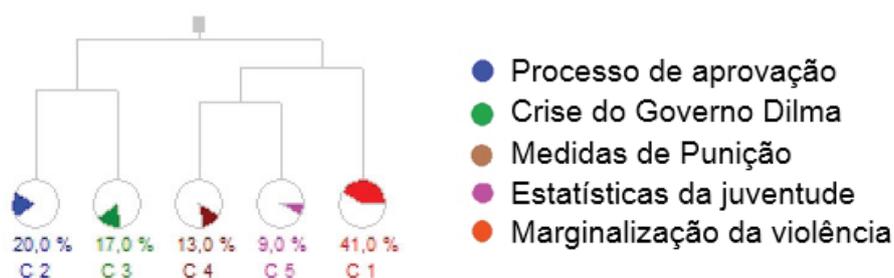
Todos os textos utilizados durante a análise foram adquiridos no acervo digital da *Folha de S.Paulo* em sua versão impressa. Sendo assim, sob a égide das representações sociais, propomos identificar através da análise lexical quais são as apropriações utilizadas em diferentes segmentos do jornal, para reproduzir representações presentes no corpo social, e como esses grupos dialogam entre si.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise revela cinco classes de discursos, separadas por dois eixos temáticos distintos. O primeiro eixo denominado “Voz da *Folha*” tem a maior parte do *corpus* formado por matérias e editoriais do jornal. As classes que compõem este eixo do discurso são “Processo de aprovação” e “Crise do governo Dilma”, e comportam 37% da análise.

Já o segundo eixo “A Opinião do público” abrange mais da metade dos discursos expressos no material, somando 63% do *corpus* de pesquisa. Formado pelas classes “Medidas de punição”, “Estatísticas da juventude” e “Marginalização da violência”. Na Figura 1, o dendrograma apresenta os dois eixos e a relação entre as classes.

Figura 1. Dendrograma da classificação hierárquica descendente



Fonte: Elaboração própria.

Compreendemos, assim, que a comunicação, a linguagem e o aspecto discursivo do conhecimento elaborado são referências essenciais para a teoria das representações sociais (MOSCOVICI, 2003). Esta relação pode ser identificada pelas operações mentais seguidas das operações linguísticas, de modo que a informação (discursos, imagens e linguagens compartilhadas) promove a significação da ideia apreendida. Sendo assim, vale ressaltar que existe na linguagem, um processo fundamental de tematização de uma ideia, definidos por fenômenos de intercâmbio ou convergência de discursos.

Nos trechos dos discursos que veremos a seguir, as palavras que mais estiveram presentes durante a análise estão destacadas, para identificar essa frequência lexical de aproximação dos discursos que comportam essa determinada classe.

PRIMEIRO EIXO: A VOZ DA FOLHA

O primeiro eixo é formado pelas classes 2 “Processo de aprovação” e 3 “Crise do governo Dilma”, classes estas que tratam de temas críticos ao governo, expressos nas notícias e editoriais.

Este eixo representa 37% do que a *Folha* noticia sobre a redução da maioria penal. Em 20% deste conjunto estão presentes reportagens que descreveram o processo de aprovação da maioria penal. As seções na Câmara dos Deputados, como a Comissão de Constituição e Justiça, que após várias tentativas de aprovação, aceitou debater uma emenda constitucional que possibilita a redução da maioria penal de 18 para 16 anos. É natural que o jornal execute a função de descrever acontecimentos e os principais personagens e estratégias utilizadas para aprovação e esteja ciente de que este é um atributo imperativo ao seu papel social.

Nos editoriais, a maioria penal é tida como um exemplo e sintoma do enfraquecimento político do governo em virtude das crises política e econômica. Enquanto o governo buscava apoio da base aliada, pautas contrárias ao projeto político do Executivo foram aprovadas no Legislativo. Esta relação entre crises política e econômica foi o assunto que esteve mais presente nos editoriais.

Podemos inferir que leitores e colaboradores não fazem associações entre a crise do governo e a redução da maioria penal, diferentemente do jornal que toma um

posicionamento de descrever e analisar a crise, e apresenta relação entre diferentes perdas do Planalto com a redução da maioria.

ANÁLISE DAS CLASSES 2 E 3

A classe 2 “Processo de aprovação” representa 20% do *corpus* e relata todo o procedimento para a aprovação da PEC 171/1993, desde a aceitabilidade da proposta de emenda constitucional na Comissão de Constituição e Justiça até sua aprovação em plenário da Câmara dos Deputados. A seguir, trecho representativo do discurso extraído pela classe 2:

Comissão de Constituição e Justiça da câmara aprova por 21 votos a 6 a possibilidade de uma emenda constitucional que reduza a maioria penal. O ex-delegado, deputado Larte Bessa foi relator da proposta de emenda e apresentou seu texto defendendo redução da maioria penal para todos os crimes, encampado pelo presidente da Câmara dos Deputados Eduardo Cunha. Cunha esteve durante todo o processo politicamente alinhado à proposta da bancada evangélica e da bala, que defendem a redução da maioria para qualquer crime, e mudou de estratégia após essa proposta ser negada. Ele fez um acordo com a corrente do PSDB encabeçada pelos senadores Aloysio Nunes e Aécio Neves para derrotar o palácio do planalto. O texto final aprovado pelos deputados foi a PEC do senador Aloysio Nunes, que propõe a alteração da redução da maioria penal de 18 para 16 anos apenas para crimes hediondos. O Ministro da Justiça Eduardo Cardozo tentou negociar com governador Geraldo Alckmin para aprofundar o diálogo entre governo com setores do PSDB contrários à proposta, buscando alternativas para a redução da maioria penal. Proposta de Alckmin defende elevar o tempo máximo de internação, mas o governador evitou acordo com o governo. (grifos nossos)

Os textos deste discurso foram, em sua maioria, extraídos da variável “Matérias”. É importante perceber que não se trata apenas da cobertura dada pelo jornal ao processo de aprovação. Existe um contexto político em que líderes das bancadas conservadoras da Câmara articulam a aprovação, não apenas por se tratar da redução da maioria penal, mas também porque este objeto foi pauta de disputa presidencial das eleições de 2014.

A então presidente Dilma apontou em sua campanha eleitoral ser contra a redução da maioria, e o então candidato à presidência pelo PSDB, Aécio Neves, já se posicionava a favor. No discurso, esses embates permaneceram presentes, quando duas correntes do PSDB apontaram para soluções díspares da proposta, de modo que uma pediu

a redução para crimes hediondos, a outra sugeriu como alternativa que a maioria permanecesse fixada em 18 anos, mas que se estendesse o tempo de internação nas fundações de privação de liberdade.

A *Folha* cumpre o papel de informar e contextualizar a informação, uma vez que tudo que se refere à maioria penal preenche vários critérios do que chamamos no jornalismo de “valores-notícia” (WOLF, 2009).

Já na classe 3 “Crise do governo Dilma” estão presentes os discursos das vozes partidárias. Os interesses políticos que se sobrepõem às deliberações não apenas ideológicas, mas às disputas de poder. Também há incidência do principal protagonista da aprovação, o presidente da Câmara Eduardo Cunha. O tema da representação presente é a aprovação da lei e independe de um debate sobre suas origens e consequências.

A classe 3 representa 17% do *corpus*, e é marcada por fortes críticas às medidas tomadas pelo governo federal para enfrentar a crise, como a medida de ajuste fiscal e o enfraquecimento da articulação política com a base aliada. A maior incidência de variável foi editorial segundo o software *Alceste*. A seguir, trecho representativo do discurso da classe 3:

Tendo perdido o apoio da própria base em função de condução econômica, o *governo* deixou órfãos setores da sociedade comprometidos com agenda progressista. A *Presidente Dilma Rousseff*, sob influência do *ex-presidente Lula*, deu início a um esforço de reaproximação do *PT* com movimentos sociais e sindicais, que apoiaram sua reeleição para superar problemas de *governo*. A *presidente* enfrenta uma crise política de forte oposição, foram criados inclusive movimentos *pró-impeachment*. Investigados no escândalo da Petrobrás, *presidentes* do *Senado* e *Câmara*, Renan e Cunha (*PMDB*) se aproveitaram dos erros do *governo*, da rejeição recorde de *Dilma*, da articulação política enfraquecida, recessão da economia e insatisfação das ruas para ganharem espaço. A proposta de ajuste *fiscal* e o possível afastamento de *Michel Temer* da articulação política do *governo*, enfraqueceu ainda mais a relação entre *governo* e base aliada. O planalto vem perdendo de lavada, e sofre oposições em relação a Joaquim Levy, *Fachin* e proposta de *financiamento* eleitoral, ajuste *fiscal* e fator previdenciário. Sobre indicado de *Dilma* para o cargo de ministro do supremo, Edson *Fachin* foi alvo de críticas da oposição durante a *sabatina* no *Senado*, por ser considerado simpatizante do MST e ter apoiado publicamente a candidatura da *presidente Dilma* em 2010. Sobre a redução da maioria penal, os *petistas* da *câmara* tiveram apoio do PCdoB, PSOL, PSB, e do opositor PPS, e promete ir ao STF para bloquear a discussão da matéria sobre redução alegando ser inconstitucional. (grifos nossos)

Neste discurso, a presença maior incide na identificação dos problemas do então governo presentes em todos os espaços de disputa. Quando foi sabatinado pelo Senado, o ministro Edson Fachin tinha como ônus fatores de apoio a presidente que lhe indicou. Ciente de que a variável de maior incidência foi a editorial, podemos compreender que a *Folha de S.Paulo* neste espaço cumpre com sua postura política de opinar episódios sociais, para informar ao leitor e assinante qual a leitura do jornal diante dos acontecimentos.

ANÁLISE DO PRIMEIRO EIXO

Na “Voz da *Folha*”, a então presidente Dilma é objetivada de uma forma muito mais personificada, por isso a compreensão de um papel menos difuso do emissor nos espaços de editoriais e matérias e que se aproxima das características de propaganda, quando, segundo Moscovici (2012, p. 364), “no plano ideológico, a propaganda é transformada em crítica daqueles que a fazem”.

Este discurso aponta defeitos do governo e de todos os contextos político, econômico que convergem com qualquer medida que a presidente Dilma possa executar. Deste modo, mesmo que o termo “redução da maioria penal” esteja relacionado a alguns dos discursos presentes nessa categoria, o contexto econômico-social estará inter-relacionado.

Essa categoria está expressa em todas as demais formas sintáticas do discurso presente. O tema deste grupo é a Crise governamental, que desencadeia diferentes processos de rejeição da então presidente Dilma, seja de um movimento econômico.

Neste eixo, podemos apontar ainda a visão do jornal sobre si mesmo e qual o papel que se propõe a desempenhar. Em seu projeto editorial, a “identidade da *Folha* é precisa quando há uma tomada de opinião, e que esta característica diferencia sua função no serviço de garantir ao seu público, afinidade e estabilidade.” (PROJETO EDITORIAL FOLHA DE S. PAULO, 1981)

No caso, há uma identificação de diferentes grupos presentes no jornal, que caracterizam *gêneros de discurso*, utilizados de forma análoga ao conceito de polifasia de

Moscovici. A definição de gêneros do discurso de Bakhtin (1997) aponta para a importância em considerar a natureza do enunciado e as particularidades diante da diversidade de gêneros existentes, de modo que essa diversidade tem importância fundamental a todas as áreas da linguística e filologia. Neste caso, podemos classificar que, quando há uma estabilização de enunciados presente, é o que o autor denomina como *gêneros do discurso*. (Id., 1997).

Os discursos mais incisivos neste eixo podem ser definidos como problematização da pauta no âmbito do Poder Executivo. Também está presente a voz da organização expressa em editorial, que aponta problemas governamentais e identifica como solução para o problema da redução da maioria penal uma das propostas legislativas, que é a ampliação do tempo de internação. O veículo também proporciona a dialogicidade sobre a tramitação dessa lei na Câmara dos Deputados.

SEGUNDO EIXO: A VOZ DO PÚBLICO

Composto pelas classes “Medidas de punição”, “Estatísticas da juventude” e “Marginalização da violência”, este eixo representa 63% do *corpus* de análise. Os discursos presentes neste eixo estão voltados essencialmente para a redução da maioria penal. Com vozes e discursos mais polarizados, está formado primordialmente por colaboradores e leitores do jornal.

Neste eixo estão expressos conceitos mais incisivos sobre o destino de adolescentes que cometem atos infracionais, de modo que os grupos presentes discutem como essa medida pode alterar ainda mais as condições socioeconômicas dos moradores das periferias, bem como de todo o corpo social.

Escolhemos nomear tal eixo como a Opinião do Público cientes de que estão presentes os universos de pensamentos *consensuais* e *reificados*, característicos da teoria norteadora deste trabalho.

Os universos consensuais apresentam a opinião dos leitores e podem ser expressos na classe 4 “Medidas de punição”, quando contém significados ancorados a saberes do senso comum, em que termos pejorativos, como “jovem delinquente”, “menor infrator”, ainda são utilizados no vocabulário das opiniões manifestadas por alguns indivíduos no jornal.

Já o universo reificado comporta 41% dos textos selecionados e está subscrito na classe “Marginalização da violência”. Esse grupo aponta para uma fundamentação crítica mais aprofundada do que nessas duas classes antecessoras. Os colaboradores em tal grupo são articulistas fixos ou convidados, respaldados para desenvolver uma argumentação para além dos respectivos “reduz ou não reduz”.

O que percebemos é que a redução da maioria penal oscila no universo consensual do pensamento, partindo de estereótipos do adolescente violento, não levando em consideração a complexidade dos fenômenos que o envolvem, como desigualdades econômicas, distanciamentos sociais e culturais, e negação de direitos ao qual esses adolescentes podem ter acesso. Há, no entanto, um apontamento comum sobre a ineficiência sobre as leis, sejam para mudanças na legislação, ou para sua aplicabilidade no sistema socioeducativo, bem como a ineficácia do sistema prisional comum.

ANÁLISE DAS CLASSES 4, 5 E 1

A classe 4 “Medidas de punição” é a primeira do segundo eixo e compõe 13% da análise, tendo maior interação com a opinião dos leitores. Ela é muito rica em termos de dicotomia e oposições, de modo que o discurso converge com as políticas deliberadas em plenário, quando a maioria penal fixada em 18 anos ainda serve de argumento como objeto de impunidade, além do conceito de ineficiência apresentado por personagens deste grupo, especialmente quando trata sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990).

Há também outros sujeitos inseridos nesta classe que ocupam o outro lado do discurso e desaprovam a medida reducional como solução para a reabilitação dos menores de idade que cometem atos infracionais, de modo que a argumentação está alicerçada na ineficácia do sistema prisional brasileiro, especialmente no que se refere à sua aplicabilidade.

A seguir, trecho representativo do discurso da classe 4:

A resposta que a sociedade cobra das autoridades é o combate à *impunidade*. Um *menor de idade* que comete um *crime* hediondo, um latrocínio por exemplo, ou que é reincidente em *crimes* violentos deve pagar pelos seus *crimes*. A posição majoritária é essa, o ECA, *Estatuto da Criança e do Adolescente* não funciona e nem nunca funcionou. O *menor infrator* que comete um *crime* hediondo fica três anos preso? Considerá-lo *criança* imatura para com-

preender a enormidade do *crime* praticado é paternalismo ridículo. Também acho frouxa a legislação atual que recolhe um assassino dessa *idade* a Fundação Casa, para ser submetido à privação de liberdade e a *medidas socioeducativas*, por um período máximo de três anos. Trata-se de acabar com a *impunidade*, e *endurecer a punição* para *adolescentes*. Outro leitor argumenta que é inútil diminuir *idade* para *punição* de *menores infratores*, pois sairão da cadeia piores do que entraram, como acontece com os *adultos*. A sociedade tem o desafio de reinserir quem comete atos *infracionais*, a partir de sanções que tenham *eficácia* e impeçam o *infrator* de voltar a delinquir. Afinal, *endurecendo* suas regras em vez de colocar *adolescentes* recuperáveis com *adultos* irrecuperáveis no sistema penitenciário já falido é solução? O grande problema não é a questão da *maioridade* ou *minoridade*, mas, sim, que a lei é tão laxista e plena de atenuantes que os mais variados *crimes* acabam compensando. (grifos nossos)

Esta categoria majoritariamente formada por leitores representa a existência de discursos polarizados nos diálogos sociais, e que, para grande parte da população, constitui opinião própria no debate de determinado assunto, presente no universo consensual sobre a redução da maioridade penal.

Palavras como “menores, infratores, crimes, medidas, endurecimento e impunidade” representam as vozes no discurso presente. Não obstante, convergem também com as estatísticas sobre pesquisas referentes à redução da maioridade penal, quando mais de 80% dos entrevistados são a favor da mudança na lei.

Este grupo está mais próximo das pesquisas de opinião, quando os argumentos apresentados anteriormente correspondem ao imaginário social, no que se refere às medidas socioeducativas aplicadas para correção de delitos, por exemplo, julgam que estas medidas são ineficientes e que deve haver um endurecimento maior na legislação para punir os adolescentes infratores.

Na classe 5 “Estatísticas da juventude” percebemos como a violência está presente em grande parte dos discursos desta categoria que ocupa 9% do *corpus*. Os diálogos estão além das mudanças no estatuto ou na legislação, mas em torno do contexto social de violência em que crianças, policiais e sociedade são vítimas de uma estrutura deficitária. A seguir, trecho representativo do discurso da classe 5:

A falta de *dados* oficiais como mostrou a reportagem publicada na Folha no início de junho não permite *dimensionar a participação* de *menores* como autores de crimes *violentos* no *Brasil*. Segundo *dados* do IBGE e do Sistema de Informações Sobre Mortalidade do Ministério

da Saúde, os adolescentes são os mais atingidos pela *violência*, *homicídios* foram causa de morte entre esses *jovens* em 36% dos casos, índice que corresponde a 5% da *população* em geral. Os *dados* farão parte do novo *mapa* da *violência*, a previsão é de 42 mil adolescentes vítimas de *homicídios* entre 2013 e 2019. A quantidade de adolescentes *brasileiros* em unidades para infratores cresceu 38% em cinco anos entre 2008 a 2013, atingindo cerca de 23 mil. Segundo *levantamento* da Secretaria Nacional de Segurança Pública, *jovens* de 16 a 18 anos respondem por apenas 0,9% do total dos delitos praticados no *Brasil*. O *número* cai para 0,5% se considerarmos só *homicídios*. O medo diante da polícia também é registrado em cifras: um terço da *população* teme sofrer *violência* policial, e *número* semelhante receia ser vítima de extorsão pela polícia, os *dados* são da *pesquisa* nacional de vitimização. Para especialistas, os governos estaduais resistem em divulgar *dados* ligados à *violência* por temerem o uso político dessas *estatísticas*. A *pesquisa Datafolha* sobre a *maioridade* penal permite supor que a *maioria* absoluta da *população brasileira* considera seus filhos suficientemente responsáveis para responder judicialmente como adultos a partir dos 16, a *pesquisa* relevou ainda que a *maior* rejeição a mudança na legislação está entre os mais *escolarizados*. (grifos nossos)

Interessante observar que no discurso deste grupo as informações estão polarizadas em opiniões pró e contra da classe “Medidas de punição”, porém, complementares como pudemos identificar no discurso representativo. Enquanto uma notícia informa que os adolescentes são os mais atingidos pela violência no Brasil e as maiores vítimas de homicídio, outra reportagem noticia o aumento nos últimos cinco anos de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas nas unidades de internação.

Como a maior das variáveis presentes neste grupo é a de “Matérias”, podemos destacar a liberdade discursiva dos jornalistas no jornal, quando abordam tanto os índices de violência praticados por adolescentes como os dados de que essa faixa etária é a que mais sofre com a violência no Brasil, quando se faz necessário citar uma pesquisa aprofundada e uma melhor divulgação de dados do governo para contextualizar a população, ou quando mencionam a existência de diversos fatores inter-relacionados com os desatinos juvenis.

A partir da análise de similitude, as classes “Estatísticas da juventude” e “Medidas de punição” (Figura 1) são as mais próximas no gráfico, apontando que seus discursos estão bem alinhados lexicalmente. Enquanto o grupo “Medidas de punição” apresenta frustrações e novas possibilidades para a penalização dos adolescentes, a classe

“Estatísticas da juventude” respalda com informações sobre a situação da adolescência brasileira, seja pelas infrações cometidas, ou por serem vítimas da violência no Brasil.

É na classe 1 “Marginalização da violência” que está a maior classe presente no *corpus* com 41% de todo material coletado. A variável mais preponderante neste grupo é de colaboradores, que cientificam como é possível haver uma marginalização atribuída aos grupos mais atingidos pela violência, sendo eles jovens e negros das periferias brasileiras. A seguir, trecho representativo do discurso da classe 1:

Conflitos entre traficantes e *policiais* sempre fizeram vítimas inocentes, como é o caso de Eduardo de Jesus Ferreira, um menino de dez anos ao que tudo indica, foi *morto* pelo *tiro* de um *policia* militar no complexo do Alemão, Rio de Janeiro. A *mãe* de Eduardo, Tereziinha Maria de Jesus, num protesto público, avançou contra uma viatura da *polícia* gritando “assassinos. Vocês *mataram* meu filho!” Suponhamos que não seja possível restabelecer a presença legítima do Estado na favela sem uma guerra que é fadada a fazer vítimas inocentes: não haveria ocupação e pacificação das favelas sem *mortes* de moradores, sejam eles adultos, crianças ou idosos. Se esse tipo de ideia existe na sociedade, é claro que existe na *polícia* também. As *polícias matam* porque *trabalham* em locais violentos; porque há nas corporações uma doutrina do combate, e combate se faz *atirando*. Se realmente estivessem preocupados com punição, estariam a punir banqueiros que lavam dinheiro do tráfico, *policiais* que agem como bandidos alimentando um forte sentimento de revolta social, a lutar contra a extrema vulnerabilidade e invisibilidade dos que moram nas periferias. O melhor remédio contra o crime nunca foi a punição como espetáculo, mas a construção da coesão social. Modos de *vida*, manifestações *culturais*, fazeres artísticos e formas de sociabilidade populares são permanentemente estigmatizados e até mesmo criminalizados. Crianças pobres, negras, que moram nas periferias das *idades* brasileiras crescem sem creches ou escolas públicas de qualidade. Desde pequenas, essas crianças compartilham de uma *cultura* de sobrevivência. (grifos nossos)

Existe um sistema de representação presente nesse discurso, de modo que não há como dissociar a representação da maioria penal das representações da violência, da infância e da pobreza.

Esse discurso demonstra uma forma mais aprofundada e complexa da argumentação sobre a redução da maioria penal e não tem por premissa somente a penalização dos adolescentes, mas o diálogo com toda situação de vulnerabilidade e insatisfação preconizada nas periferias das grandes cidades brasileiras.

Este grupo está afinado com a proposta do universo reificado, de modo que o debate é mais profundo do que a aprovação ou não da lei. O discurso acresce, além da violência que está presente nas periferias das cidades brasileiras, um sentimento de impunidade quanto a atos e delitos em geral, à corrupção de políticos, banqueiros e policiais, bem como a existência de outros fatores imbricados na sociedade que vão além das infrações cometidas por adolescentes.

Segundo estudo realizado pelo Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (2013), no Brasil foram assassinadas mais de 50 mil pessoas só em 2012, o que deixava esse país no 16º lugar no ranking mundial de homicídios, e desse montante, 43% das vítimas tinham entre 15 a 29 anos.

Não obstante, o relatório da Anistia Internacional apontou que a polícia brasileira é a que mais mata no mundo (ANISTIA..., 2015). Brasil e Estados Unidos lideraram a pesquisa, que teve como mapeamento da violência policial local, com maior concentração na cidade do Rio de Janeiro, onde as vítimas do período de 2010 a 2013 eram 99% homens e mais de 80%, negros.

Dados como esse, divulgados após o período de análise deste trabalho, embasam representações identificadas e analisadas no discurso da classe 1, quando não é novidade para a população o quadro da violência policial brasileira, que estigmatiza suas vítimas, sendo elas: homens, pobres e negros.

ANÁLISE DO SEGUNDO EIXO

Em “Opinião do público” podemos direcionar a objetivação das representações sociais presentes nos discursos expressos no jornal.

Já na classe “Medidas de punição” a ancoragem dar-se-á pelos conceitos expostos de que estamos tratando de adolescentes violentos, de que a Justiça é rudimentar e são necessárias mudanças e endurecimentos para uma penalidade adequada. Também há neste grupo a pertença de aderência, em que todos precisam apresentar uma posição pró ou contra. Essa classe pode ser considerada a mais rica da análise para a compreensão de representações sociais cristalizadas, porque seus temas são notáveis para expressar a opinião pública, catalogada durante as pesquisas de opinião apresentadas no

período de 2013 (BENITTES, 2013; CAMPANERUT, 2013; CARTA... 2013), em que mais de 80% dos entrevistados são a favor da redução da maioria penal, por identificar uma ineficiência ou abrandamento das leis.

A classe “Estatísticas da juventude” apresenta dados sobre como esses adolescentes, que cometem atos infracionais, são também a classe mais atingida pela violência no país, sendo os jovens e adolescentes as principais vítimas de homicídio.

Também vale ressaltar que os discursos das classes “Medidas de punição” e “Estatísticas da juventude” estão interligados, de tal modo que o discurso da classe 1 é respaldado pelo da classe 2, mediante dados divulgados pelo veículo de comunicação. Esses dados a respeito da violência subsidiam opiniões e representações sobre os discursos de quem é contra ou a favor da redução da maioria penal.

A classe 1 é a que concentra maior quantidade de discursos e debates, não é para menos. Em “Marginalização da violência” não há uma personificação exata sobre o que desencadeia esses processos de agressões e impunidades em todo o contexto social. Há na verdade uma análise conjuntural da ineficácia do poder público, de crítica às políticas sociais e, principalmente, ao comportamento da polícia, que atua nas periferias de forma despreparada e engrena a morte de vítimas em um sistema endemicamente precário.

É notório que palavras como “violência”, “menores”, “adolescentes” e “números” estão presentes em muitos dos discursos, corroborando para o entendimento de que algumas delas são indissociáveis, e não dá para tratar da redução da maioria penal, sem abordar todo o contexto social-econômico da adolescência brasileira.

Questões como a redução da maioria penal tornam-se particularmente relevantes quando sua consequência está além das mudanças jurídicas. A redução adentrava nos campos políticos e ideológicos (no qual o jornal está inserido) da sociedade contemporânea, e suas implicações afetam expressivamente os grupos de adolescentes brasileiros, separados por um recorte social, de classe e de raça.

CONCLUSÃO

Esta pesquisa foi importante para fugirmos das máximas do senso comum de que a mídia é estrita a poucos discursos. Como percebemos, existem dois discursos distintos e

diversas vozes, de modo que as opiniões permanecem polarizadas entre grupos contra e a favor da redução da maioria penal. O grupo Folha expressa sua opinião sem entrar necessariamente no mérito da redução, ainda que a opinião do jornal permaneça indefinida, apresenta no editorial uma solução alternativa baseada no aumento do tempo de internação das fundações.

Apesar dos editoriais da *Folha* apresentarem inclinação às mudanças na legislação (não respectivamente à redução da maioria penal), boa parte de seus colaboradores faz objeção às propostas e fomenta um debate além do objeto de análise. Este grupo percebe que não se trata de uma decisão que deve ser tomada isoladamente do contexto político-social que o país enfrenta, relacionada às condutas das corporações militares, ao contexto econômico e às impressões de impunidade, quando se comparam em seus artigos políticos corruptos a cidadãos transgressores.

Podemos inferir ainda que a classe “Processo de aprovação” trata de forma mais factual a redução da maioria penal. Essa categoria tem grande parte de seu *corpus* formado por matérias extraídas do veículo, de modo que afasta julgamentos sobre uma cobertura parcial da *Folha* no que tange à inclinação positiva à redução da maioria.

Não obstante, o jornal se apropria da relevância noticiosa da redução da maioria penal para fazer uma cobertura relacionada às pautas políticas, utilizando o editorial para assegurar aos seus leitores que decisões como a PEC da redução da maioria penal procedem de uma crise governamental, ancorada em contextos políticos e econômicos que o país enfrenta.

Identificamos que nos colaboradores há uma apropriação do objeto e uma inter-relação aos demais acontecimentos presentes em todo o contexto social, como a violência, as formas de apropriação de interesses políticos, o tratamento policial e demais consequências relativas à redução da maioria. Tanto para os grupos que estão contra a medida como para os que se colocam a favor dela existe uma reflexão subjacente de pontos de vista diferentes, que destacam distintas representações da realidade social, ressaltando sua diversidade.

Não obstante, existe a cobertura dada aos fatos, com contextualização de dados recentes, bem como a cobertura ao processo de aprovação no decorrer do ano e toda a

consequência política do Executivo fragilizado com pautas divergentes das aprovadas no Legislativo. Essas diferenças podem comprometer o destino de pautas mais importantes, geradoras de mudanças e consequências em todo o contexto social, mas, neste trabalho, nos atemos especificamente ao processo sobre a redução da maioria penal.

Sendo assim, rememoramos essa função de construção da realidade delegada ao campo comunicacional e que contribui para a convergência das teorias de Comunicação Social e Psicologia Social. Estes resultados foram imprescindíveis para identificar como apropriações de discursos comuns são compilados nas matérias jornalísticas e demais espaços do jornal, como eles dialogam entre emissores e receptores. Contribuiu, ainda, para evidenciar representações em todos os atores sociais presentes no *corpus* (leitores, colaboradores, jornalistas e o posicionamento editorial do jornal) como sujeitos criticamente respaldados, ancorados a suas próprias imagens e significados sobre a redução da maioria penal.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Miriam et al. **Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina: desafios para políticas públicas**. Brasília, DF: Unesco; BID, 2002.

ANISTIA INTERNACIONAL. **Uso da força: diretrizes para implementação dos Princípios Básicos das Nações Unidas sobre o uso da força e armas de fogo por agentes da lei**. [S.l.], 2015. Disponível em: <<https://goo.gl/3e6CW2>>. Acesso em: 13 mar. 2018.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. Tradução Maria Emsantina Galvão G. Pereira, revisão da tradução Maria Appenzellerl. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BENITTES, Afonso. 93% dos paulistanos querem redução da maioria penal. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 17 abr. 2013. Disponível em: <goo.gl/hWUbb3>. Acesso em: 3 mar. 2015.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 1988.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 1990.

CAMPANERUT, Camila. **Mais de 90% dos brasileiros querem redução da maioria penal, diz pesquisa CNT/MDA.** Uol Notícias, São Paulo, 11 jun. 2013. Disponível em: <<http://goo.gl/zwmjGb>>. Acesso em: 3 mar. 2015.

CARTA CAPITAL. **Redução da maioria penal é apoiada por 89% da população.** São Paulo, 21 jun. 2013. Disponível em: <goo.gl/MJ1HrP>. Acesso em: 3 mar. 2015.

FOLHA DE S.PAULO. **Projeto editorial 1981.** Junho, 1981. Disponível em: < <https://goo.gl/b6msW2>>. Acesso em: 22 mar. 2018.

GALLATIN, Judith E. **Adolescência e Individualidade: uma abordagem conceitual da psicologia da adolescência.** Tradução. Antônio Carlos Amador Pereira, Rosane Amador Pereira. Harper & Row do Brasil Ltda, São Paulo, 1978.

LIMA, Laura Camara. A articulação “Themata-Fundos Tópicos”: por uma análise pragmática da linguagem. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, DF, v. 24 n. 2, p. 243-246, 2008.

MIRANDA, Iraídes Sousa de. **Manual de Redação (Folha de São Paulo).** (Resumido). Maringá, 1992. Disponível em: <<https://goo.gl/F9r2Ck>>. Acesso em: 19 mar. 2018.

MOSCOVICI, Serge. **A psicanálise, sua imagem e seu público.** Tradução de Sonia Fuhrmann. Petrópolis: Vozes, 2012. (Coleção Psicologia Social).

_____. **Representações sociais: investigações em psicologia social.** Tradução Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis: Vozes, 2003.

SÁ, Celso Pereira de. **A construção do objeto de pesquisa em representações sociais.** Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.

UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME. **Estudo global sobre homicídios no Brasil.** Viena, 2014. Disponível em: <<http://goo.gl/0Kx003>>. Acesso em: 10 nov. 2015.

WOLF, Mauro. **Teorias da comunicação.** 10. ed. Lisboa: Presença, 2009.

Artigo recebido em 23 de julho de 2017.

Artigo aceito em 27 de fevereiro de 2018.